

temas de economia aplicada



O Mercado de Trabalho Brasileiro - 2012/2019: Retrospectiva e Perspectivas¹

JOSÉ PAULO ZEETANO CHAHAD (*)

1 Introdução

Este texto contemplará uma retrospectiva do mercado de trabalho brasileiro de 2012 até os dias atuais. Observaremos o comportamento das principais variáveis representativas deste mercado, em especial, pessoal ocupado, emprego formal, subutilização da mão de obra, informalidade, desemprego aberto, rotatividade, rendimentos reais e produtividade.²

Como veremos, trata-se de um período de desempenho bastante pífio do ponto de vista da atividade econômica, com níveis baixos de crescimento do PIB. De fato, tivemos três anos consecutivos de variação negativa do PIB (2014, 2015 e 2016), caracterizando uma

forte recessão, e, após este debacle, a recuperação econômica tem sido bastante lenta, andando de lado, como popularmente se diz.

Esta tibieza do nível de atividade econômica tem tido reflexos ruins para o mercado de trabalho, à luz dos dados disponíveis. Mas, conforme mostraremos, apesar deste quadro indesejado para todos, é possível enxergar alguns aspectos não tão desanimadores no mercado de trabalho como muitos querem fazer parecer.

2 A Atividade Econômica e o Mercado de Trabalho

Os impactos do comportamento do PIB sobre o mercado de trabalho

podem ser visualizados quando se toma o emprego formal como variável representativa deste. Tal fato aparece claramente no Gráfico 1, a seguir, correlacionando a variação anual do PIB com a variação anual do emprego formal, entre 2012 e 2019: as variações de ambos possuem um grau de aderência bastante forte.³ Nota-se que, em períodos recessivos, o mercado de trabalho entra rapidamente em colapso, mas na recuperação econômica, seja forte ou fraca, há algum descompasso na retomada desse mercado.

Certamente, a dimensão do mercado de trabalho é muito mais ampla que apenas o emprego formal (ou a ocupação total). Entretanto, como as demais variáveis deste mercado são relacionadas ao emprego pode-

-se aceitar que o impacto do PIB no mercado de trabalho pode ser sintetizado na forma do Gráfico 1.

3 O Comportamento da Ocupação Total e do Emprego Formal⁴

3.1 A População Ocupada Total

A evolução do total de ocupados no mercado de trabalho brasileiro captada pela PNAD contínua pode ser observada no Gráfico 2 apresentado a seguir.

Atualmente, o país tem 93,3 milhões de ocupados, enquanto esta cifra era de 87,6 milhões de 2012 – um acréscimo de 6,5% no período. Como a população ocupada tem crescido continuamente, fica claro que, apesar do contínuo baixo crescimento da atividade econômica, ainda assim o mercado de trabalho tem reagido positivamente e evitado uma situação pior.

Na análise de um período mais recente, nota-se elevação mais acentuada a partir do início do ano de 2017 até junho de 2019,

quando as perspectivas econômicas e sociais do país apresentaram melhoria, bem como a realização de um conjunto de reformas, umas iniciadas e outras a ganhar força como elemento de recuperação do país. Nesse período, a população ocupada cresceu em torno de 5,3%, aproximadamente 1,8% ao ano, cifra bem maior do que a de todo o período de 2012 a 2019, que foi de 0,8% ao ano.

Se excluirmos da população total aqueles trabalhadores com carteira assinada, considerados empregos formais, de acordo com o Gráfico 3, de 2017 até os dias atuais, a ocupação cresceu cerca de 3,0% em termos anuais. Ou seja, o crescimento da ocupação total tem se assentado mais fortemente nos trabalhos atípicos, o que pode indicar uma elevação da taxa de informalidade.

3.2 A Evolução do Emprego Formal

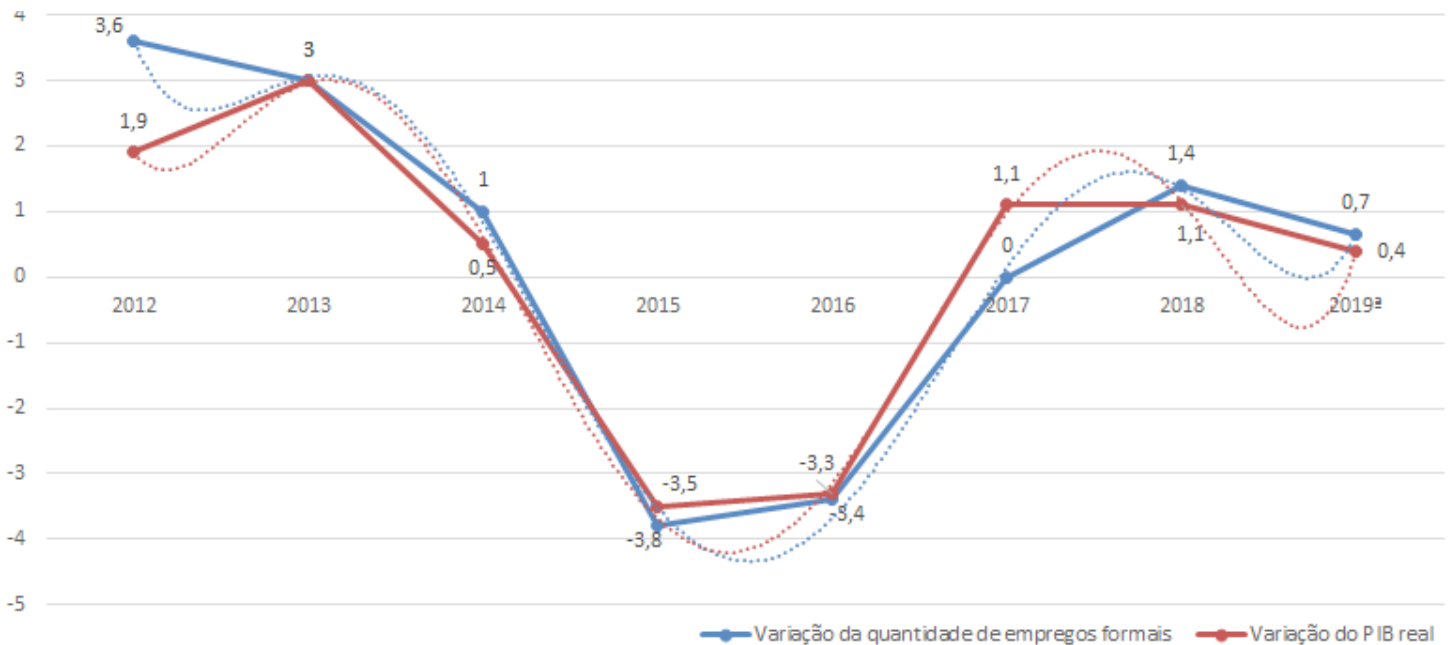
Esta é uma variável importante no mercado de trabalho, pois indica

o contingente de trabalhadores com maior proteção social dentre os demais grupos de trabalhadores ocupados. A principal fonte de informações do emprego formal é o Caged/Lei 4.923, base de dados hoje albergada no Ministério da Economia (ver nota 4).

A evolução do trabalho formal entre 2012 e 2019 pode ser observada no Gráfico 4. Verifica-se que o estoque do emprego formal cresce até 2014, quando atinge seu pico (41,6 milhões de ocupados formais), cai fortemente até o final de 2016, voltando a se recuperar a partir de então. De qualquer forma, ainda não voltou ao seu pico histórico de 2014.

Contudo, analistas e instituições apontam que este crescimento do emprego formal parece estar se esgotando, uma vez que este comportamento vinha ocorrendo pelo fato de o aumento das contratações ser superior ao das demissões; porém, ao final de 2018 e início de 2019 há uma estagnação das contratações e um processo de continuidade da dispensa de trabalhadores.⁵

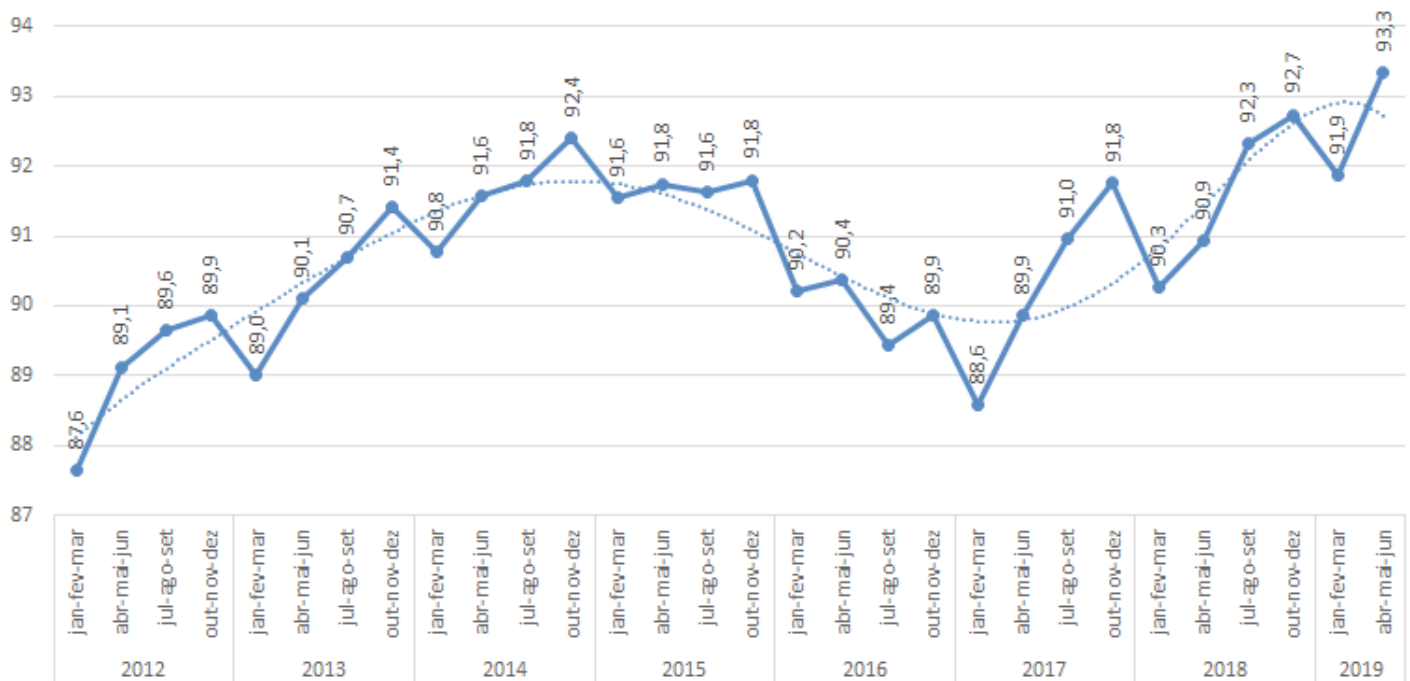
Gráfico 1 – Brasil: Variação da Quantidade de Empregos Formais e do PIB Real, 2012-2019 (%)



Fonte: PNAD contínua e Banco Central do Brasil. Elaboração do próprio autor.
^a: foi utilizado como estimativa os dados até o mês de junho.

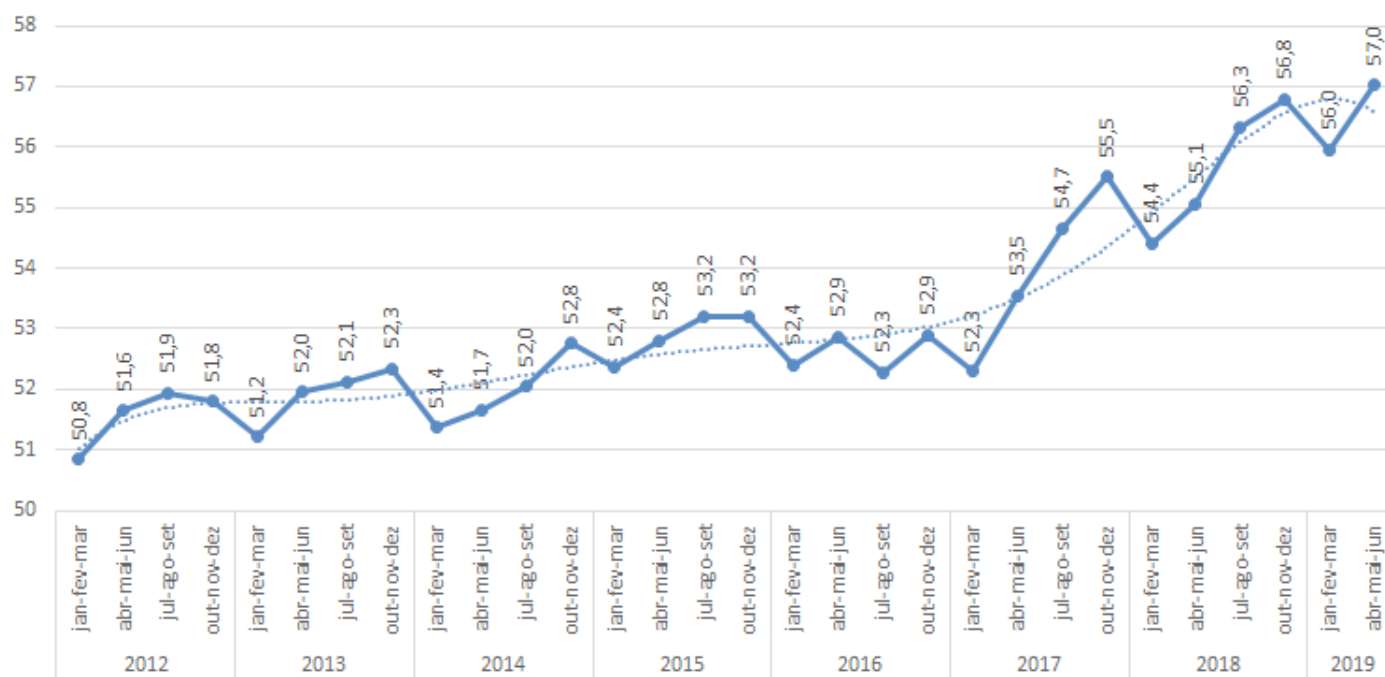
..... Linha de tendência da variação da quantidade de empregos formais
 Linha de tendência da variação do PIB real

Gráfico 2 – Brasil: Número de Pessoas Ocupadas, 2012-2019 (em milhões)



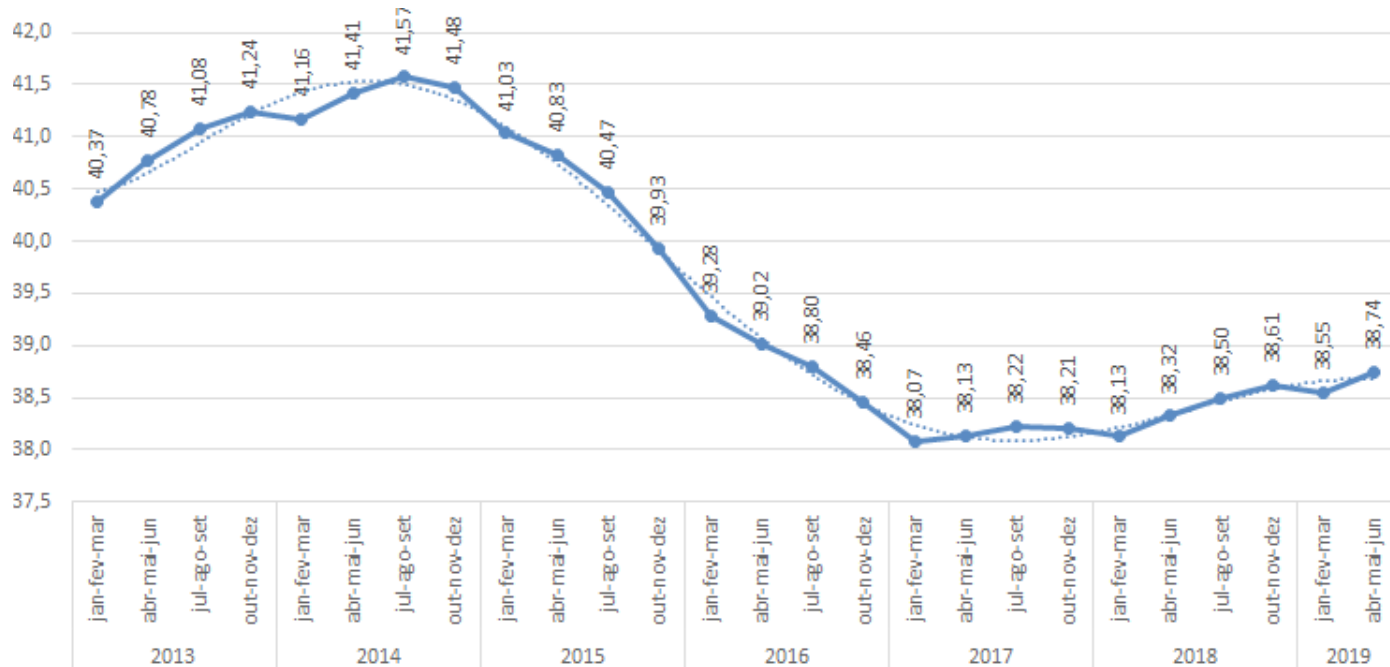
Fonte: PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Gráfico 3 – Brasil: Pessoas Ocupadas Exclusive Empregos Formais, 2012-2019 (em milhões)



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Gráfico 4 – Brasil: Estoque Formal, 2013-2019 (em milhões)



Fonte: ME/CAGED Lei 4923/65. Elaboração do autor.

Outro detalhe é que a taxa de transição de trabalhadores formais para a informalidade tem sido maior do que para outras ocupações e mantém-se constante. Já o oposto, isto é, a taxa de transição da informalidade para uma ocupação formal, estável em 11,5% entre o começo de 2017 e meados de 2018, sofreu uma queda para 10,0% ao final de 2018. Isto significa que o emprego formal vinha apresentando retrações cada vez menores e taxas de permanência no emprego cada vez maiores até meados de 2018. Porém, a partir deste período, parece estar ocorrendo uma estagnação desses dois indicadores, e consequente estagnação do estoque de emprego formal.⁶

Outro aspecto interessante a ser aqui comentado refere-se ao fato de que a eliminação dos empregos formais, que vem ocorrendo desde 2014 e contabiliza cerca de 2 milhões, revela um comportamento diferenciado quando se faz um corte regional. Neste contexto adverso, do total de municípios brasileiros, cerca de 60,0% deles apresentou saldo positivo entre admissões e desligamentos nos últimos cinco anos.

De fato, neste período, dos 5.514 municípios brasileiros, 3.307 tiveram saldo positivo na criação de postos de trabalho, equivalente a 642 mil vagas – um valor insuficiente para amenizar a perda de, aproximadamente, 2,5 milhões de vagas eliminadas pelas demais 2.207 cidades.⁷

4 A Taxa de Desocupação e Seus Agravantes⁸

4.1 O Desemprego Aberto

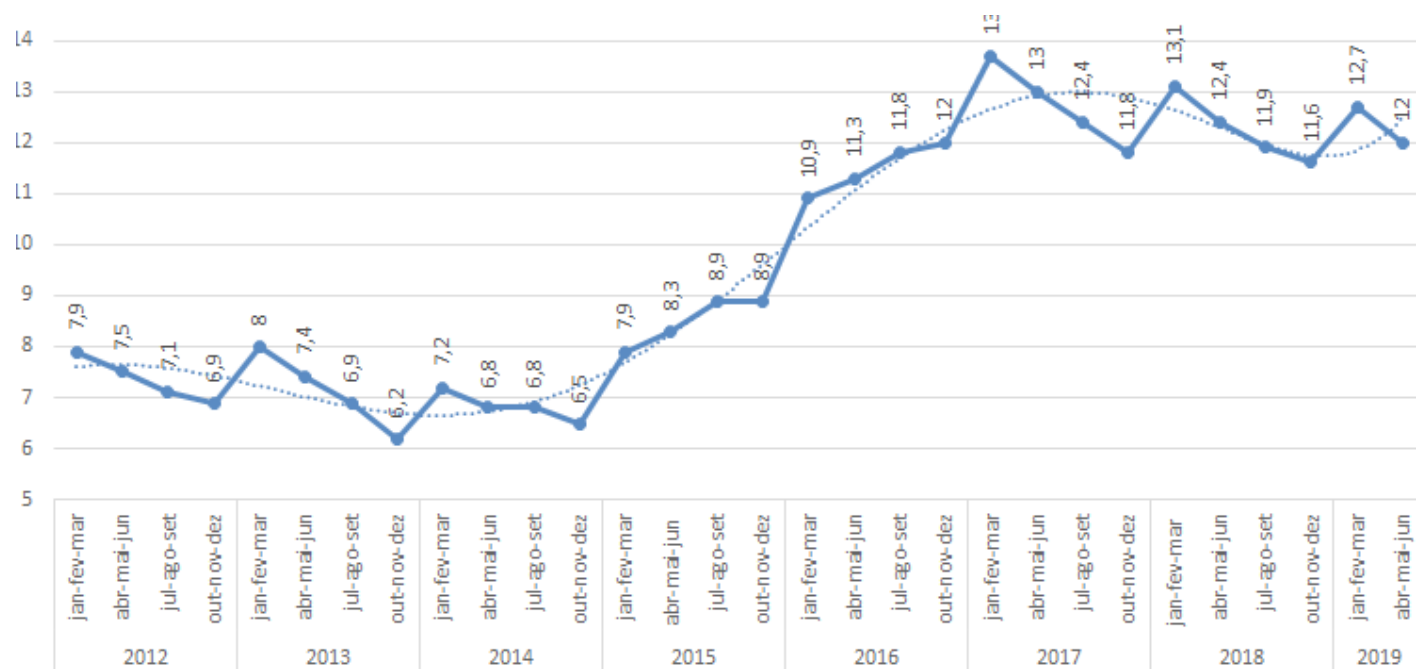
A taxa de desocupação é, sem dúvida, o indicador mais nevrálgico dentre aqueles que compõem o mercado de trabalho. Apesar de ser um indicador sujeito a aspectos com variações demográficas, dificuldade de separar do que é informalidade e outros diversos movimentos entre os grupos que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA) e da População em Idade Ativa (PIA), sua sensibilidade decorre, por um lado, por indicar um aspecto econômico, a profundidade da recessão, e por outro, por poder indicar um grave problema social, ou seja, as dificuldades de renda para um significativo conjunto de indivíduos.

O Gráfico 5 revela uma situação ruim, fruto de dois anos seguidos de queda do PIB, a partir da segunda metade do ano de 2014, com forte crescimento da desocupação até o 2º trimestre de 2017. O auge foi no primeiro trimestre deste ano, quando a taxa de desemprego chegou a históricos 13,7% da força de trabalho. Após este debacle, a taxa manteve-se alta, ao nível de dois dígitos, quanto começa a retroceder.

A taxa de desocupação dessazonalizada calculada pelo Grupo de Conjuntura do Ipea mostra, claramente, esta queda a partir do último trimestre de 2016, podendo-se dizer que, no momento atual (agosto de 2019) a taxa de desocupação encontra-se estagnada.⁹

De qualquer forma, taxas de desocupação de dois dígitos, levando a cerca de 12,5 milhões de desempregados, não deixam de revelar uma situação tanto calamitosa quanto indesejada. Mas, mesmo reconhecendo-se que, em período recente, o desemprego permanece estagnado, é nas entranhas do conjunto de desocupados que se revela uma situação ainda mais dramática.

Gráfico 5 – Brasil: Taxa de Desocupação Trimestral, 2012-2019 (% sobre a força de trabalho)



Fonte: PNAD contínua. Elaboração do autor.

Dois são os indicadores que revelam que a piora do mercado de trabalho não se esgota na taxa de desemprego: (i) aumento do desemprego de longo prazo, ou maior o tempo de procura por trabalho; (ii) crescente desalento de parte da População em Idade Ativa (PIA).

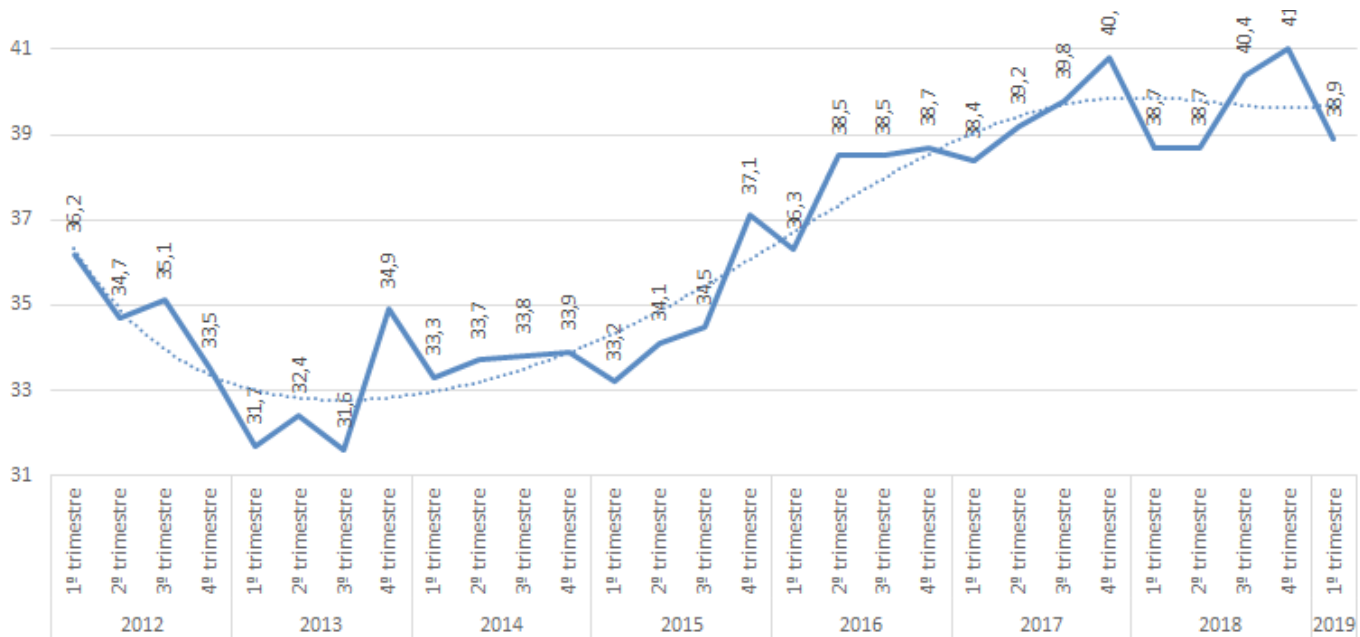
4.2 O Agravamento do Desemprego de Longo Prazo

A demora por obter uma nova ocupação pode ser verificada observando-se o Gráfico 6. Nele aparece claramente que, desde 2012, a proporção de desempregados que levam 1 ano ou mais para retornar ao mercado de trabalho nunca é inferior a 30,0%.

O mais grave, entretanto, é ver a escalada ascendente deste indicador desde 2013, movimento que sofre estagnação a partir do final do ano de 2017 (ver linha de tendência do gráfico mencionado). O auge desta dificuldade em obter um novo emprego ocorreu no quarto trimestre de 2017, quando cerca de 41,0% dos desocupados buscavam emprego há pelos menos um ano.

As razões para este comportamento são claramente identificáveis. A primeira delas, sem dúvida, são as sucessivas crises recessivas entre 2014 e 2018. Esta queda forte e contínua da atividade econômica, além de colocar os trabalhadores no desemprego, faz escassear as oportunidades de contratação, obrigando o trabalhador a permanecer por longos períodos buscando um emprego compatível com sua oferta de trabalho.

Gráfico 6 – Brasil: Desempregados Que Procuram Emprego Há Pelo Menos 1 ano, 2012-2019
(% sobre o total de empregos)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Uma segunda razão tem a ver com a introdução de novas tecnologias demandando trabalhadores mais qualificados. Como se sabe, a força de trabalho brasileira tem um perfil de baixa qualificação. Além disso, o sistema educacional (formal e profissional) é pouco eficiente em treinar e requalificar os trabalhadores. O corolário é que estes aspectos se somam à falta de oportunidades de emprego, fazendo prolongar a obtenção de uma nova vaga.

Por fim, mas sem esgotar outras possíveis razões, as políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho não contemplam um volume de gastos suficientes de recursos monetários direcionados a uma ampliação da capilaridade da rede

de colocação dos desempregados. Ou seja, ao ser dispensado pela empresa, o trabalhador dispõe apenas de seu próprio esforço para achar uma nova ocupação, em decorrência da inexistência de uma sólida rede de agências (públicas e privadas) que o auxiliem nesta tarefa.

Como estaria o Brasil no cenário mundial, quanto ao desemprego de longo prazo com relação ao total de desempregados? Tomando-se a média trimestral do ano de 2018 (39,7%) como referência, e utilizando-se de estatísticas divulgadas pela OCDE esta comparação apontaria o seguinte:

A posição brasileira é sensivelmente pior que a de países selecionados de economia semelhante, como

Coreia (1,5%), México 1,6%), Austrália (19,4%) e Rússia (28,6%). Pior também do que a de países desenvolvidos, com prevalência de um mercado flexível, como Canadá (10,1%), Estados Unidos (11,4%) e Reino Unido (26,3%). O Brasil encontra-se em melhor posição do que França (41,0%), Alemanha (42,0%), Espanha (42,0%), Itália (59,0%) e Grécia (70,4%).

Nota-se que os países selecionados em pior situação se concentram na Europa, onde existe um fortíssimo “Welfare State”, com programas de seguro-desemprego bastante generosos aos trabalhadores, o que permite protelar o seu reingresso no mercado de trabalho. Já no caso brasileiro, o desemprego de longo prazo deve-se à escassez das oport-

tunidades de emprego e da baixa qualidade da mão de obra.

Este quadro negativo revelado pelo desemprego pode ser assim resumido:

Tudo isto indica clara deterioração das condições do mercado de trabalho em especial para a parte mais vulnerável e menos preparada da população, justamente a que mais sofre com o desemprego por não contar com reservas financeiras nem ter serviços públicos adequados para melhorar sua condição de vida.¹⁰

4.3 O Aumento do Desalento Entre os Trabalhadores

Quando a procura por trabalho se mostra infrutífera, em termos de

uma rápida recolocação do desempregado, não impacta somente no aumento do desemprego de longo prazo. Esta situação faz crescer o desalento entre aqueles necessitando nova ocupação, os quais, mesmo estando aptos e disponíveis ao trabalho declaram não mais estar tentando sua recolocação. Surge então o chamado desemprego pelo desalento, uma face oculta da precariedade do mercado de trabalho.

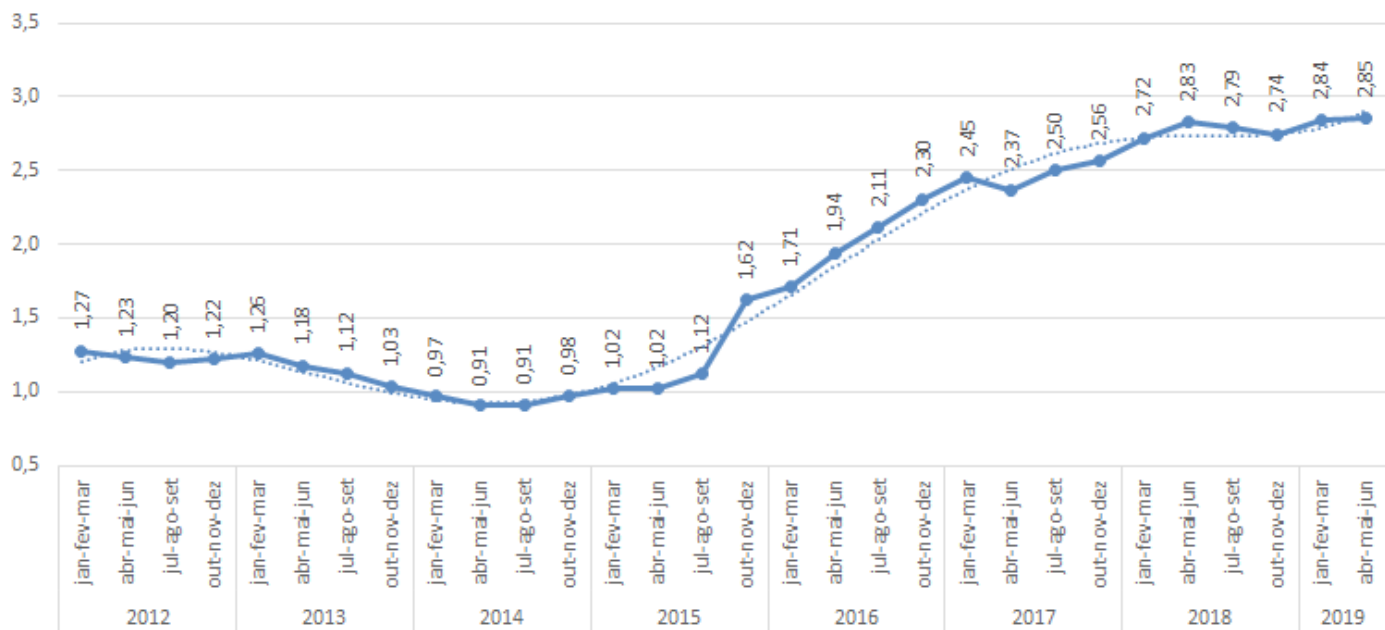
Esse desalento entre os trabalhadores pode ser observado no Gráfico 7, o qual mostra a proporção de desalentados com relação à PIA. Nota-se a existência de dois períodos bastante distintos: do início de 2012 até meados de 2015, em que ocorre uma estabilidade, com tendência à queda,

e depois quando cresce continuamente até o segundo trimestre de 2019.

No trimestre terminado em junho de 2015, os desalentados representavam 1,0% da PIA (cerca de 1,7 milhões de indivíduos), enquanto neste mesmo trimestre, em 2019, estas cifras foram 2,9% da PIA, englobando quase 5,0 milhões de desalentados.

São números bastante expressivos para mostrar a deterioração recente do mercado de trabalho brasileiro. Observa-se, contudo, que, assim como outros indicadores deste mercado, parece haver uma estagnação do indicador a partir do início de 2018, ainda que em um patamar bem alto.

Gráfico 7 – Brasil: Proporção de Desalentados Sobre a População em Idade Ativa, 2012-2019 (%)



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração do autor.

5 O Crescimento da Informalidade

O trabalho informal, independentemente do critério utilizado para sua aferição, sempre foi historicamente elevado no Brasil. Regra geral, sempre representa entre 40,0% e 50,0% da população ocupada brasileira. Vários são os motivos para isto, indo desde a escassez de oportunidades no mercado formal, passando pela ampla possibilidade de ingressar nesse setor, em decorrência das facilidades de combinar benefícios trabalhistas e previdenciários, financiando, assim, seu ingresso na informalidade, e culminando no motivo mais grave de todos, que é a baixíssima qualidade da mão de obra.

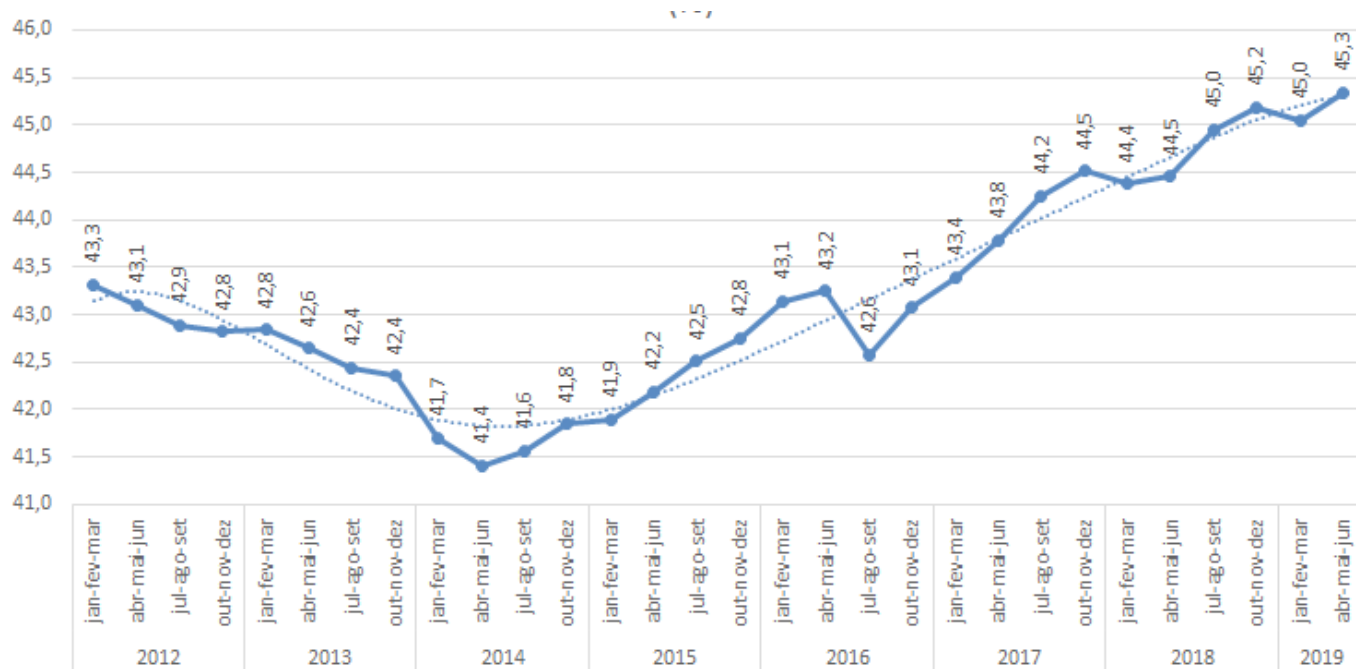
O Gráfico 8 traz a evolução da informalidade no período em análise.¹¹ Nele, verifica-se que: (i) a taxa de informalidade tem oscilado entre 40,0% e 45,0%, dentro, portanto, de seus padrões tradicionais no Brasil; (ii) Ela vinha caindo até 2014, fruto do crescimento

do emprego formal, mas sobe rapidamente após 2014, fruto de sucessivas crises recessivas ocorridas em 2015 e 2016 e da estagnação econômica que vem ocorrendo a partir de então; e (iii) como outros indicadores do mercado de trabalho, parece estar caminhando para uma estabilidade desde meados de 2018.

O trabalho informal sempre vem associado à ideia de precariedade deste tipo de ocupação. Isto não deixa de ser verdade, mas, nos dias atuais, inúmeras outras formas de trabalho têm surgido no espectro ocupacional do mercado de trabalho, sem registro em carteira, mas não necessariamente precárias.

Por exemplo, aplicativos como o Uber, 99, iFood, Rappi, entre outros, têm tido crescimento vertiginoso em período recente, sendo fonte de renda para cerca de 4 milhões de trabalhadores autônomos. Esta cifra já representa aproximadamente 17,8% dessa categoria ocupacional.¹²

Gráfico 8 – Brasil: Taxa de Informalidade, 2012-2019 (%)



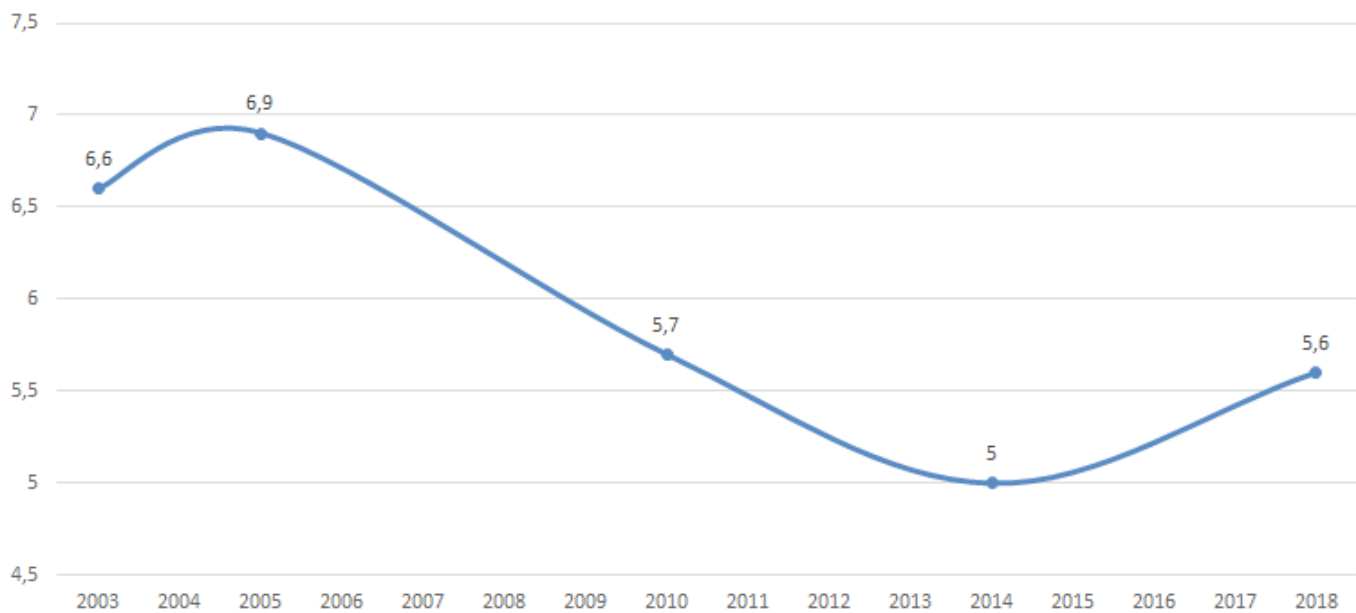
Fonte: PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Cabe registrar que estes aplicativos e sua subsequente mudança na forma de ofertar serviços vêm acompanhados de transformações significativas nas relações de trabalho, nas quais os empregados não têm vínculo formal (com carteira assinada e dentro da CLT) de trabalho com a empresa, apesar de trabalharem para ela muitas vezes de forma intermitente ou total. Esse novo panorama acaba exigindo um novo marco regulatório trabalhista para definir a formalidade ou não desse ascendente modo de emprego e, conseqüentemente, os direitos e deveres de empregados e empregadores.

Ainda que a informalidade seja estigmatizada como receptáculo de trabalhos precários e sem proteção social (o que não é necessariamente verdade), seu lado mais perverso seja, talvez, o impacto que causa nas contas nacionais. De fato, seja pela sonegação ou pela ausência de legislação, ela impacta de forma significativa o PIB.

Observando-se o Gráfico 9 parece claro que, dependendo do impacto da atividade econômica na geração de ocupações informais, a perda de arrecadação tributária reduz-se entre 5,0% e 7,0% do PIB.

Gráfico 9 – Brasil: Carga Tributária Atribuída à Economia Informal, 2012-2018 (% do PIB)



Fonte: Ibre/FGV (economista Vilma da Conceição Pinto). Elaboração do autor.

6 A Taxa de Rotatividade da Mão de Obra¹³

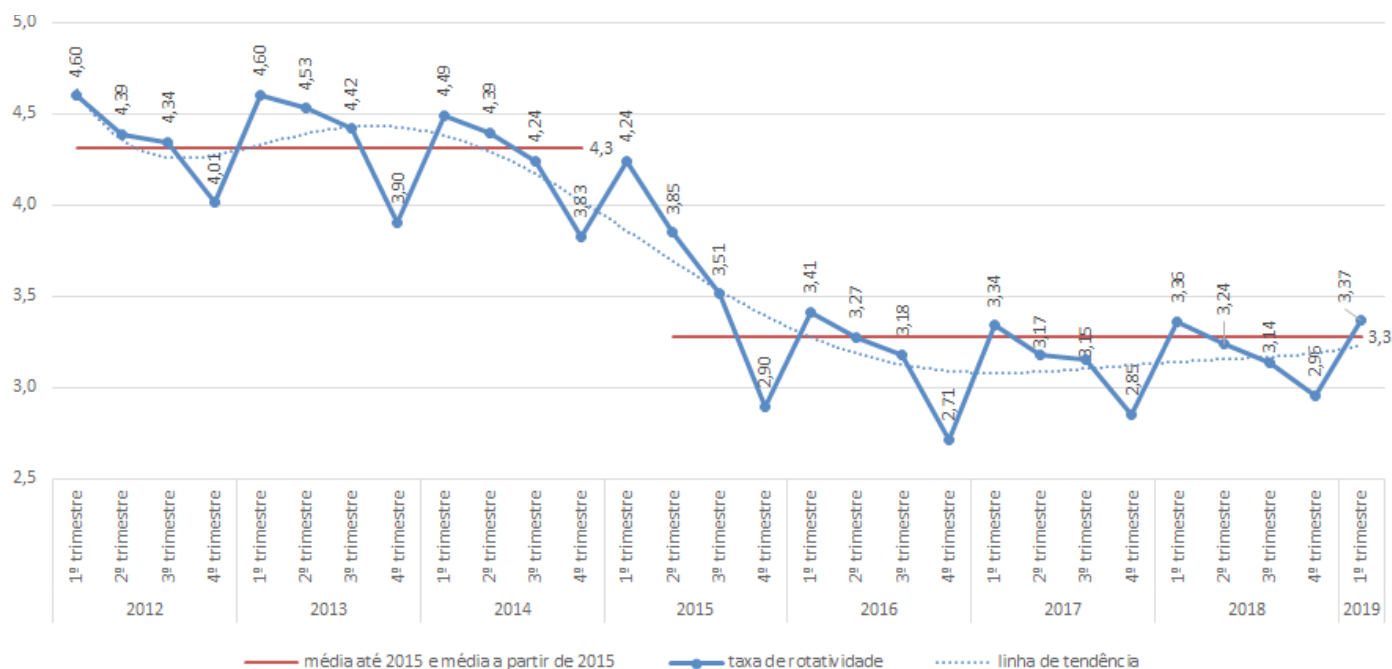
A evolução da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro aparece no Gráfico 10. Esta é uma variável muito sensível ao nível de emprego formal e ao ciclo da atividade econômica.¹⁴ Quanto maior o estoque de empregados maior são os movimentos de admissões e desligamentos; quanto mais recessiva vai se tornando a atividade econômica menores tendem a ser estes movimentos.

De fato, até 2015 com elevado estoque de trabalhadores formais (ver Gráfico 4), a taxa de rotatividade girava em torno de 4,3%, na média anual. Após as reces-

sões de 2015 e 2016, estendendo-se até os dias atuais, o patamar de rotatividade anual caiu para 3,3%, ou seja, 1,0 ponto percentual.

A recessão não só diminui o nível de emprego como torna os agentes econômicos (empresas e trabalhadores) mais cautelosos. A empresa, depois de seu ajuste à recessão, tende a preservar seus trabalhadores que ficaram, em geral os mais produtivos, pois no caso da retomada não os obterá rapidamente no mercado. Os trabalhadores, por sua vez, percebem rapidamente a escassez de oportunidades no mercado de trabalho e evitam a todo custo sair do emprego.

Gráfico 10 – Brasil: Taxa de Rotatividade da Mão de Obra Trimestral, 2012-2019 (%)



Fonte: ME/CAGED Lei 4923/65. Elaboração do autor.

7 A Trajetória dos Rendimentos Reais

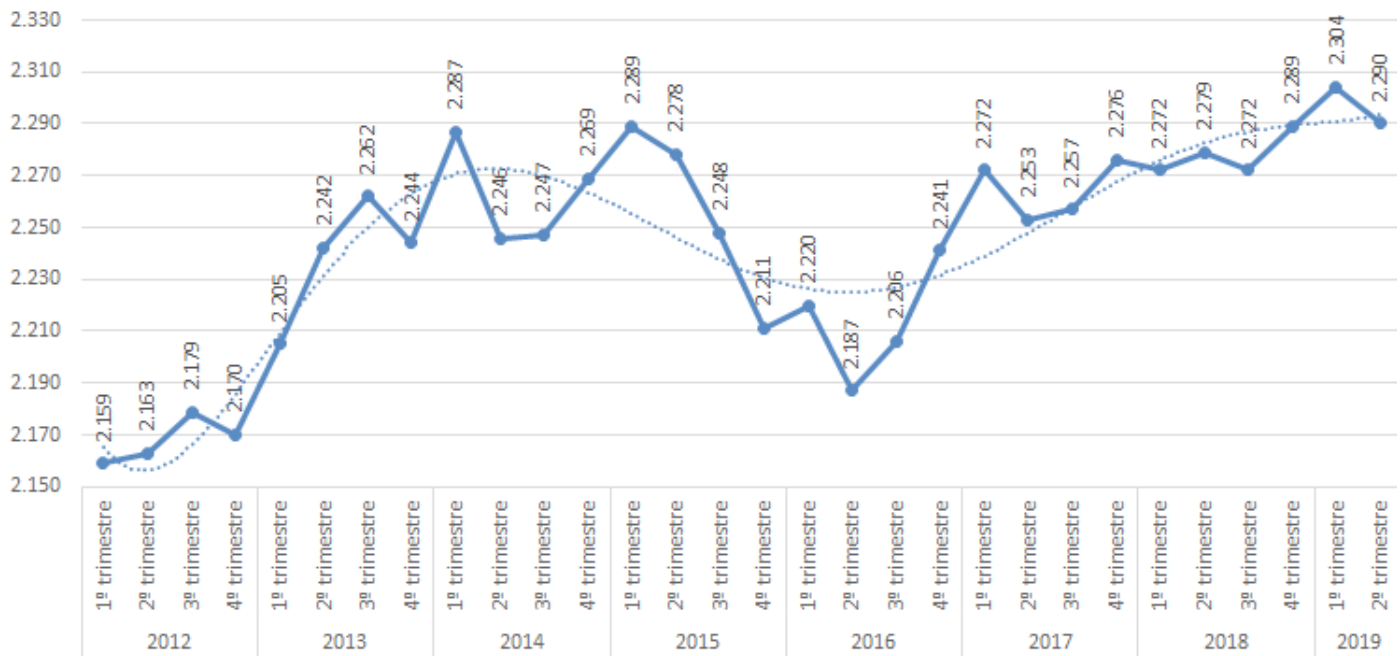
De acordo com as informações do Gráfico 11, entre 2012 e 2019 o movimento dos rendimentos reais apresentou três padrões diferentes: crescimento até o início de 2014, queda até o final de 2016 e voltando a crescer a partir de então.

Nota-se que, no período recessivo, mesmo com a inflação controlada, a queda nos rendimentos reais se deveu à forte retração da demanda por mão de obra em praticamente todos os setores da atividade econô-

mica. Com isso, houve uma queda dos ganhos monetários, principalmente porque em períodos de baixa atividade econômica os sindicatos perdem força na hora de barganhar salários.

A partir do início de 2016, os ganhos reais dos trabalhadores passam a se recuperar paulatinamente. Isto porque o quadro econômico mostrou uma reversão na crise econômica, incipiente, é verdade, mas suficiente para possibilitar a trajetória ascendente dos rendimentos reais, em decorrência do nível baixo e controlado de inflação.

Gráfico 11 – Brasil: Rendimento Médio de Todos os Trabalhos, habitualmente Recebido por Mês, pelos Ocupados na Semana de Referência, 2012-2019 (R\$)



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração do autor.

8 A Produtividade da Economia Brasileira

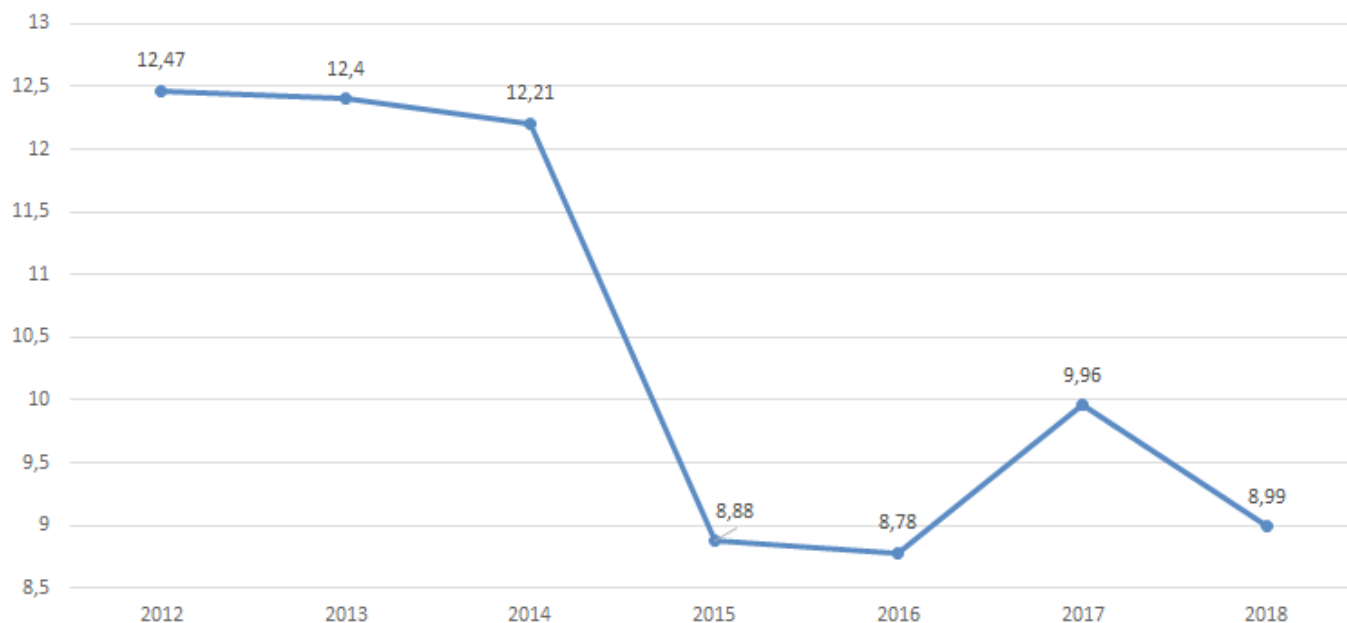
Se há unanimidade sobre os fatores que limitam o desenvolvimento da economia brasileira e promovem baixa competitividade internacional do país, é com relação ao baixíssimo nível e à incipiente taxa de crescimento da produtividade global do Brasil.

O Gráfico 12 contempla uma série histórica do PIB per capita brasileiro entre 2012 e 2018. Além de mostrar um valor absoluto muito baixo, quando comparado aos padrões internacionais, este indicador global de produtividade do país decresceu continuamente nesse

período.¹⁵ Pode-se dizer que há muito tempo a produtividade brasileira, em geral, está estagnada, e com pouco poder de reação aos desafios que o país precisa enfrentar.

Sob a ótica internacional, a comparação da produtividade nacional com a de outros países mostra dados alarmantes, para não dizer dramáticos. Entre 1950 e 2015, nossa produtividade do trabalho cresceu sistematicamente abaixo de países competidores como Coreia, Argentina, Chile, entre outros. Entre 2001 e 2011, a produtividade brasileira cresceu menos que o conjunto dos países da África.¹⁶

Gráfico 12 – Brasil: PIB Per Capita, 2012-2018 (em milhares de US\$)



Fonte: World Bank e PNAD Contínua. Elaboração do autor.

Além disso, em termos de produtividade do trabalho de 2018, o Brasil aparece na posição 50ª num ranking de 68 países, e para cada trabalhador norte-americano são necessários quatro trabalhadores brasileiros para gerar o mesmo produto, no conceito de PIB por horas médias trabalhadas. Tomando-se o ramo industrial, onde a produtividade é mais facilmente mensurável, esta se encontra estagnada desde 2000, crescendo somente 8,8% até 2016, não havendo modificação até os dias atuais. A título de comparação, no México cresceu 29,3%, na Alemanha, 38,5%, no Japão, 40,1%, nos Estados Unidos, 65,4% e na Coreia, 118,4%.¹⁷

Diante de tão baixo padrão de produtividade, e observando-se que os rendimentos reais estão subindo, pode-se deduzir a forte pressão que isto representa para os custos unitários do trabalho das empresas. O corolário é a redução da competitividade das empresas nacionais e a falta de atratividade do país como base de operações e atividades para as denominadas empresas globais.

9 Considerações Finais

Este texto fez uma retrospectiva do mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2019. Assim como o nível de atividade econômica, os resultados revelaram fraco comportamento de seus principais indicadores. A tibieza desse mercado

se revela de forma clara no período fortemente recessivo entre 2014 e 2016.

Após este período, a economia voltou a se recuperar lentamente, caracterizando mais uma estagnação do que propriamente uma volta ao crescimento econômico. Neste contexto, podemos dizer que há um paradoxo entre economia e mercado de trabalho, uma vez que, mesmo em condições de estagnação, tem havido ligeira melhoria nos indicadores do mercado de trabalho, ou seja:

- i. desde o final de 2016 tem havido um crescimento do total da população ocupada, aquela que inclui todos os tipos de ocupações e trabalho;

- ii. o mesmo pode-se dizer das ocupações não classificadas como não formais, principalmente o trabalho informal;
- iii. o emprego formal, com carteira de trabalho assinada, vem dando sinais de reação, mais criando do que destruindo vagas;
- iv. a taxa de desocupação (desemprego aberto) vem declinando paulatinamente desde o início do ano de 2017, embora se reconheça que ainda está muito elevada;
- v. o desemprego de longo prazo que vinha crescendo vertiginosamente até o final de 2017 tem revelado uma tendência à queda;
- vi. o desalento do trabalhador que vinha crescendo se estabilizou a partir o início de 2018; e
- vii. o rendimento médio dos trabalhadores vem crescendo desde meados de 2017.

Se, diante deste quadro, não devemos esbanjar otimismo, tampouco podemos compactuar com o catastrofismo dos pessimistas de plantão. Estas estatísticas revelam, no entender do autor, que, não obstante as dificuldades de uma retomada sólida do crescimento econômico, a sociedade, por meio de seus principais atores sociais (empresas e trabalhadores) ainda acredita que isto vai acontecer devido ao amadurecimento e ao fortalecimento das instituições do país.

Quais são as perspectivas imediatas para a volta do crescimento? Aqui existem sinais opostos quando observamos o que está ocorrendo no front interno e aquilo que vem ocorrendo no front externo.

Nos sinais internos, não obstante a crise política exercer uma dominância sobre os fatos econômicos, as reformas necessárias vêm sendo implementadas, ainda que aquém do que seria necessário para uma rápida retomada. No governo passado, tivemos o estabelecimento de um teto para os gastos públicos, um aumento das privatizações e uma reforma trabalhista bastante abrangente. No atual governo, já passou a reforma da Previdência Social, há uma continuidade das privatizações, esboça-se uma reforma tributária e estão ocorrendo amplas modificações na infraestrutura do país. De qualquer forma, não produzem efeitos de curto prazo, mas criam ambiente institucional favorável aos negócios no longo prazo. Em outras palavras, as expectativas para o futuro estão se tornando positivas.

No front externo, porém, estão começando a surgir fatos indicando a possibilidade de uma recessão global, certamente com impactos para o Brasil. Há em curso uma encarniçada guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, que tem tido efeitos negativos em todo o mundo. Isto tem determinado um ritmo mais lento do crescimento industrial chinês, maior país ex-

portador do planeta. Nos Estados Unidos, tem havido uma elevação recente das reservas de petróleo, o que pode ser uma indicação de diminuição da demanda interna americana.¹⁸

Da Europa também surgem nuvens sombrias. A saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) não se resolve trazendo dúvidas e incertezas para todo o continente europeu, respingando, ainda, no Resto do Mundo. Além disso, a zona do euro teve uma desaceleração da atividade econômica de 0,4%, nos meses de abril a junho, ante os meses de janeiro a março de 2019. Mas o pior mesmo é ver a sólida economia alemã experimentar uma retração de 0,1% no segundo trimestre na comparação com os três meses imediatamente anteriores. E, aqui perto, temos a crise argentina que pode nos afetar.

Referências

CHAHAD, J.P.Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições, funcionamento e principais estatísticas para o Brasil. In: PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONETO Jr., Rudinei (Org.). **Manual e Economia – equipe de professores da USP**. 7ª edição. São Paulo: Editora Somos/Saraiva, 2017.

IPEA. Análise do Mercado de Trabalho. **Boletim Conjuntura e Análise**, maio 2019.

1 Este texto contou com a competente colaboração da estagiária de pesquisas da Fipe, *Ana Gollo*, bacharelanda do curso de Ciências Econômicas da FEA/USP, a quem coube fazer

- pesquisa bibliográfica na internet, busca de dados e elaboração de gráficos e tabelas. Além disso, fez úteis e valiosos comentários ao texto. Todos os erros, equívocos e omissões, contudo, são de responsabilidade do autor.
- 2 A escolha do início deste período coincide com o ano de lançamento da PNAD Contínua pelo IBGE, que, a partir de então, passou a ser a principal fonte de informações sobre o mercado de trabalho brasileiro, entre outros dados de igual relevância que a Instituição coleta e divulga.
 - 3 Duas observações importantes devem ser aqui mencionadas. Na primeira, em termos de rigor analítico, o correto seria tomarmos o PIB referente somente à produção decorrente do emprego formal. Mas é difícil esta separação do ponto de vista estatístico. A segunda observação é que, para suprimos esta deficiência, correlacionamos o comportamento do PIB - que engloba todos os tipos de produção não importando a tipologia da ocupação - com o pessoal ocupado total captado pela PNAD Contínua, e o resultado é muito semelhante ao observado no Gráfico 1.
 - 4 A Pnad contínua capta a ocupação total, incluindo o trabalho formal. As informações dessa fonte são obtidas por amostra domiciliar, sujeita a maior grau de imprecisão. Nesse sentido, a evolução do emprego formal, conjunto mais importante dos ocupados no mercado de trabalho será apresentada com a utilização dos dados do Caged, um registro administrativo mais preciso para capturar este tipo de informação.
 - 5 Ver IPEA (2019, p. 17).
 - 6 Ver IPEA (2019, p. 15-16).
 - 7 Ver jornal Valor Econômico: "Na crise, 60,0% das cidades criaram vaga com carteira". Página A16, 1º/07/2019.
 - 8 A taxa de desocupação obtida na PNAD Contínua corresponde ao conceito teórico de desemprego aberto, o nível mais baixo de subutilização da população economicamente ativa (PEA). Refere-se a um trabalhador que não está de férias, procura ativa e comprovadamente emprego, está apto e são para trabalhar, mas não encontrou uma vaga compatível à sua formação e/ou qualificação profissional.
 - 9 Ver IPEA (2019, p. 3).
 - 10 Jornal O Estado de S. Paulo. "Desempregados crônicos". Notas & Informações, A3, 18/08/2019.
 - 11 Estamos utilizando aqui o conceito tradicional de informalidade consolidado na literatura brasileira sobre o tema: trata-se do quociente entre a soma dos trabalhadores sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria sobre o total de ocupados na força de trabalho.
 - 12 Ver jornal O Estado de S. Paulo. "Aplicativos como o Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos". Economia & Negócios, B1, 28/04/2019. Acesso em: 4 jul. 2019.
 - 13 A rotatividade é um conceito que procura aferir o grau de substituição de mão de obra. Se, ao ser desligado o trabalhador não for substituído, é possível que venha a se transformar num desempregado. A medida tradicional de rotatividade é obtida através do quociente entre o menor valor entre admitidos e demitidos (seja empresa, setor, região, país) e o estoque médio de trabalhadores na unidade de medida selecionada. Ela somente pode ser capturada no setor formal da economia.
 - 14 Ver Chahad (2017).
 - 15 Estamos cientes que o PIB per capita é apenas um indicador precário para o nível de produtividade de um país. Sua utilidade diz respeito a uma utilização imediata na comparação entre países. Ademais, engloba toda a população e não somente o pessoal ocupado, desconsidera as disparidades regionais e as dimensões setoriais, e não leva em conta detalhes como horas trabalhadas pelo indivíduo nem dedicação ao trabalho ou escolaridade do trabalhador. Seu uso aqui será apenas para mostrar a trajetória recente da produtividade brasileira, nestas condições.
 - 16 Ver apresentação realizada por André Portela na FECOMERCIO de São Paulo: *Por que a produtividade no Brasil é tão baixa e o que fazer*. EESP/FGV, São Paulo, 29 de março de 2019.
 - 17 Ver apresentação realizada por Rafael Lucchesi na FECOMERCIO de São Paulo: *Produtividade e competitividade da indústria brasileira*. CNI, São Paulo, 29 de março de 2019.
 - 18 Outro dado negativo do lado americano vem do sistema financeiro. A taxa de juros dos títulos do Tesouro americano de 10 anos caiu temporariamente abaixo da taxa de juros dos títulos de 2 anos, pela primeira vez, desde a recessão de 2008. Este fenômeno conhecido como "a inversão da curva de rendimentos" é considerado pelos analistas um sinal de recessão se avizinando. Ver jornal El País: "Medo da recessão derruba bolsas pelo mundo e BC do Brasil anuncia venda de dólares", 15/08/2019; e jornal O Estado de S. Paulo: "Novos dados indicam Alemanha e China duramente afetadas pela guerra comercial", 14/08/2019.

(*) Professor Titular da FEA/USP (aposentado) e Pesquisador Sênior da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).
(E-mail: jpchahad@usp.br).